

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O plenário do novo Conselho das Comunidades reuniu em Lisboa durante os dias 26, 27 e 28 de Abril. Estiveram presentes 65 conselheiros em representação das comunidades portuguesas espalhadas pelos cinco continentes. Foi eleito o presidente do Conselho Permanente do CCP e constituídas as comissões temáticas e os órgãos regionais. A partir destas estruturas, os conselheiros farão uma ligação fundamental às instituições dos países de acolhimento e às instituições em Portugal, particularmente ao Governo e à Assembleia da República.

O Conselho das Comunidades e os seus conselheiros desempenham um papel fundamental no apoio às comunidades portuguesas e a Portugal e reforçam a nossa presença e visibilidade no mundo. Este mesmo papel foi bem vincado pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e pelo Primeiro-Ministro, António Costa, por quem foram recebidos. Além de terem sido recebidos pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, é importante sublinhar que os trabalhos foram iniciados com uma intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros e o encerramento foi feito pelo Presidente da Assembleia da República. Os trabalhos foram conduzidos pelo Secretário de Estado das Comunidades. Participaram ainda nos três dias de trabalhos vários outros membros do Governo e outras individualidades.

Perante este panorama, só podemos concluir que o Conselho das Comunidades se reveste de uma inequívoca importância. Além disso, os portugueses residentes no estrangeiro lutam muito legitimamente pelo reconhecimento do país, tanto pelo que representam, como pelo papel que desempenham nas sociedades de acolhimento. São uma poderosa força económica, política, cultural e diplomática.

É claro que não se questiona o respeito pela autonomia editorial de que devem gozar todos os órgãos de comunicação social. No entanto, é importante referir que os estatutos da RTP consagram muito claramente a missão de serviço público, como forma de dar, entre outras coisas, cobertura e visibilidade a assuntos de interesse nacional, como considero ser o caso. Não se compreende, por isso, que a direção da RTP, mais uma vez e a exemplo do que acontece noutros contextos da sociedade portuguesa, tenha dado mostras de discriminação, desinteresse e distanciamento relativamente a uma importante manifestação da presença de Portugal no mundo, com um inequívoco potencial unificador da nação, reforçando os laços entre os portugueses que residem no país e os que estão espalhados por vários continentes.

Este desinteresse e distanciamento, contrasta claramente, aliás, com a forma empenhada como a RDP Internacional e a agência Lusa acompanharam os trabalhos em todas as suas fases. Por se tratar de uma discriminação incompreensível e de uma manifestação de desinteresse lesiva do esforço de reforço da unidade do país, e por a RTP ter o dever de cumprir a sua missão de serviço público que está nos seus estatutos, exige-se, no mínimo, que se procure compreender quais as razões que levaram a televisão pública a ignorar totalmente o importante encontro do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicito à administração da RTP através do ministro da Cultura, os seguintes esclarecimentos:

- Porque razões a RTP ignorou totalmente a realização da reunião plenária dos Conselho das Comunidades Portuguesas: foi por motivos de linha editorial ou por outras razões?
- Não considera a administração da RTP que a realização da reunião plenária do CCP e aquilo que representam para Portugal os conselheiros das comunidades portuguesas mereceria o reconhecimento noticioso?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 29 de Abril de 2016

Deputado(a)s

PAULO PISCO(PS)